

XX Concurso Público de Provas e Títulos
Promotor de Justiça Substituto

GABARITO DA PROVA PREAMBULAR

1. C	2. D	3. D	4. A	5. A
6. B	7. C	8. C	9. B	10. C
11. B	12. A	13. C	14. D	15. B
16. C	17. B	18. D	19. C	20. D
21. D	22. B	23. A	24. D	25. B
26. C	27. A	28. C	29. A	30. B
31. B	32. D	33. D	34. D	35. A
36. A	37. C	38. B	39. C	40. A
41. D	42. C	43. B	44. D	45. C
46. B	47. A	48. D	49. D	50. A
51. D	52. C	53. C	54. D	55. D
56. A	57. C	58. C	59. D	60. C
61. B	62. B	63. A	64. D	65. D
66. B	67. A	68. C	69. B	70. B
71. D	72. C	73. A	74. B	75. A
76. C	77. C	78. C	79. C	80. D
81. D	82. B	83. C	84. D	85. D
86. C	87. C	88. B	89. C	90. C
91. A	92. D	93. B	94. D	95. A
96. A	97. C	98. B	99. D	100. B

Campo Grande-MS, 25 de maio de 2003.

PROVA PREAMBULAR

1ª QUESTÃO: Das frases abaixo:

- I - Deve ter debatido o projeto de reforma tributária do Governo Federal, naquele auditório, mais de dez alunos.
- II - No zoológico da capital, deviam haver alguns animais raros.
- III - Ainda faltam analisar as questões do concurso.
- IV - Elas parece quererem o emprego.

- a) somente um item está errado;
- b) somente dois itens estão corretos;
- c) somente três itens estão errados;
- d) somente dois itens estão errados.

2ª QUESTÃO: Marque a alternativa em que somente um dos itens é correto:

- a) Vossa Excelência é aguardada, Sra. Promotora.
Vossa Excelência é aguardado, Sr. Promotor.
- b) Virgínia nada tem de encantador.
Virgínia nada tem de encantadora.
- c) Sempre digo que não estamos sozinhos.
Sempre digo que não estamos sós.
- d) Muito obrigada, agradeceram as meninas sorridentes.
Muito obrigadas, agradeceram as meninas sorridentes.

3ª QUESTÃO: De acordo com a regência:

- I - Eles lembraram do jogo minutos antes de seu início.
- II - A equipe econômica deve proceder os ajustes necessários.
- III - O presidente informou a todos sobre a queda do dólar.
- IV - Os operários devem obedecer ao regulamento da empresa.

- a) somente os itens III e IV estão corretos;
- b) somente os itens I e III estão corretos;
- c) somente os itens I e IV estão corretos;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

4ª QUESTÃO: O pronome átono está colocado erroneamente apenas no período da alternativa:

- a) Tendo arrependido-se do que fez, retratou-se.
- b) Nada lhe agradava naquela ocasião.
- c) Era saudável, mas se queixava da vida.
- d) Nunca lhe vou divulgar aquela notícia.

5ª QUESTÃO: No que se refere ao emprego da crase, com relação aos itens abaixo:

- I - Solicito a Vossa Excelência apoio a mais antiga reivindicação deste bairro: a implantação de rede de esgoto.
 - II - A obra desta praça é semelhante a que vimos na capital.
 - III - Não me referi a essas embalagens, mas as que estão na sala.
 - IV - Sua proposta de emenda é idêntica à dos demais membros da Casa Legislativa.
- a) somente uma proposição está correta;
 - b) somente duas proposições estão corretas;
 - c) todas as proposições estão corretas;
 - d) nenhuma das alternativas anteriores.

6ª QUESTÃO: Assinale a alternativa que apresenta palavra (s) incorretamente grafada (s).

- a) ascensão - abscesso - deslisar;
- b) tachar (censurar) - jerimum - reincindir;
- c) berinjela - espontânea - óbice;
- d) viagem (substantivo) - coxo (imperfeito) - cheque.

7ª QUESTÃO: Assinale a alternativa em que o pronome possessivo foi utilizado incorretamente:

- a) Esperava notícias tuas para te dar o prêmio.
- b) Vossa Excelência vai querer redigir o seu discurso?
- c) Estuda para a sua prova.
- d) Não julgueis mal as atitudes de vossos pais.

8ª QUESTÃO: Quanto ao emprego correto dos pronomes:

- I - Os acadêmicos com cujos professores conversei prometeram colaborar durante a aula.
- II - Era importante para mim desenvolver este projeto.
- III - Neste CD estão gravadas as canções de que tu gostas.
- IV - A dúvida é esta: ou viajamos ou juntamos dinheiro.

- a) somente os itens I, III e IV estão corretos;
- b) somente os itens I e II estão corretos;
- c) todos os itens estão corretos;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

9ª QUESTÃO: Dos trechos grifados, assinale a opção incorreta:

- a) Aonde você vai esta noite?
- b) Você necessita de que?
- c) Não sabemos por que faltaste ontem.
- d) O que vocês fizeram infirmas as cláusulas contratuais.

10ª QUESTÃO: Nas frases abaixo, escreva (1) para as formas verbais corretas e (2) para as incorretas.

- () Os livros provêem o homem de conhecimento.
 - () Esteje atento para o horário do concurso.
 - () Vós não sois o assessor, portanto não ides agora.
 - () O consumidor reaveu o crédito.
- A seqüência correta dos números é:

- a) 2; 1; 1; 2
- b) 2; 1; 2; 1
- c) 1; 2; 2; 2
- d) 1; 1; 1; 2

11ª QUESTÃO: Em tema de poder constituinte e de alteração constitucional sobre os aspectos doutrinário e dogmático-jurídico, é correto afirmar:

- a) Mutaçãõ constitucional é espécie do gênero processos formais de alteração constitucional;
- b) A garantia da imutabilidade das cláusulas pétreas protege tanto as suas próprias disposições, quanto às do processo de modificação constitucional;
- c) Poder constituinte *decorrente* é aquele reconhecido à legislatura promover emenda, reforma ou revisão constitucionais;
- d) As disposições constitucionais transitórias, por sua peculiar natureza, não comportam emenda, reforma, nem revisão.

12ª QUESTÃO: Constituem regras constitucionais proibitórias, comuns à União, aos Estados, ao DF e aos Municípios, as apontadas a seguir:

- a) instituir impostos sobre os bens das entidades educacionais vinculados às suas finalidades essenciais;
- b) instituir empréstimos compulsórios fora dos casos previstos em lei complementar;
- c) conceder anistia fiscal através de lei especificamente editada com esta finalidade ou restrita a essa matéria;
- d) colaborar, em qualquer hipótese, com igrejas ou cultos religiosos.

13ª QUESTÃO: Tratando-se de perda e suspensão de direitos políticos, pode-se afirmar que:

- a) a perda equivale à cassação;
- b) a aquisição voluntária de outra nacionalidade é causa de perda;
- c) os efeitos de uma condenação criminal transitada em julgado são causa de suspensão;
- d) a condenação judicial, por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 37, § 4º, da Constituição Federal, é causa de perda.

14ª QUESTÃO:

- I - A concessão da naturalização é faculdade exclusiva do Poder Público, não bastando, para isso, apenas a satisfação das exigências e dos requisitos previstos em lei;
- II - Não perderá a nacionalidade o brasileiro que teve reconhecida outra nacionalidade originária, por Estado estrangeiro, em virtude do *ius sanguinis*;
- III - Ao português com residência permanente no Brasil e havendo reciprocidade, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro naturalizado, desde que renuncie voluntariamente à nacionalidade portuguesa;
- IV - A vigente Constituição da República previu a hipótese de expulsão e extradição do brasileiro nato sempre que houver prova de sua participação em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;
- V - Não impede a extradição o fato de o extraditando ser casado com cônjuge brasileiro ou possuir filho brasileiro, situação que é prevista, sob condições especiais, somente para caso de expulsão do estrangeiro.

Marque a opção correta:

- a) todas estão incorretas;
- b) todas estão corretas;
- c) somente a II, IV e V estão corretas;
- d) somente a I, II e V estão corretas.

15ª QUESTÃO: No que tange à eficácia das normas constitucionais, de acordo com a terminologia usada pela doutrina, pode-se afirmar que:

- a) apenas as normas constitucionais de eficácia plena e de eficácia contida vinculam o legislador e têm caráter imperativo e obrigatório;
- b) todas as normas constitucionais são imperativas, de cumprimento obrigatório e vinculam o legislador ordinário;
- c) as normas de eficácia limitada, declaratórias de princípios programáticos e institutivos ou organizativos, não são imperativas ou obrigatórias;
- d) as normas constitucionais não auto-aplicáveis, por dependerem de normas ordinárias que lhes completem a eficácia, não são imperativas ou obrigatórias.

16ª QUESTÃO: No âmbito da União a fiscalização financeira e orçamentária:

- a) é exercida pelo Tribunal de Contas da União a quem incumbe o controle externo;
- b) incumbe ao Tribunal de Contas da União, auxiliado pelo Ministério Público, mediante controle interno e externo;
- c) é exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e pelo sistema de controle interno de cada Poder;
- d) compete à comissão da Câmara dos Deputados, criada para tal fim, com o auxílio do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.

17ª QUESTÃO: O Poder Judiciário, segundo as normas constitucionais relativas à sua organização e funcionamento:

- a) deverá preencher o quinto constitucional, em todos os Tribunais, com representantes do Ministério Público e advogados de notório saber jurídico e reputação ilibada;
- b) como um dos Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, assegura a seus Membros garantias e lhes impõe vedações, visando a preservar sua isenção e independência;
- c) tem assegurada sua autonomia administrativa e financeira, cabendo, no âmbito da União e dos Estados, aos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, com a aprovação dos respectivos

- substitutos escolhidos na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria;
- d) O Tribunal Superior Eleitoral elegerá seu Presidente e o Vice-Presidente dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal, e o corregedor eleitoral dentre os Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

19ª QUESTÃO: Marque a proposição correta:

- a) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao poder público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente pelos órgãos públicos competentes, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;
- b) A floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro das condições que assegurem a preservação do meio ambiente, salvo quanto ao uso dos recursos naturais;
- c) Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei;
- d) As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em estudo prévio de impacto ambiental, sem o que não poderão ser instaladas.

20ª QUESTÃO: Não pode ser admitida emenda legislativa que resulte aumento de despesa:

- a) nos projetos na área educacional;
- b) nos projetos de iniciativa do Tribunal de Contas da União;
- c) nos projetos do Executivo, sem comprovar a existência de recurso;
- d) nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, dos Tribunais Federais e do Ministério Público.

21ª QUESTÃO: No âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul:

- I - A atividade funcional dos Promotores de Justiça está sujeita à fiscalização de Procuradores de Justiça, enquanto que a destes é exercida pelo Corregedor-Geral;
- II - Cabe ao Colégio de Procuradores de Justiça eleger, destituir e empossar o Corregedor-Geral do Ministério Público;
- III - Ressalvada a circunstância de membros natos, atribuída ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público, os demais integrantes do Conselho Superior são Procuradores de Justiça eleitos por todos os integrantes da carreira;
- IV - A proposta de vitaliciamento de membro do Ministério Público, submetida pelo Corregedor-Geral à decisão do Conselho Superior, pode ser impugnada por qualquer Procurador de Justiça;
- V - Promotor de Justiça, ocupante de cargo de segunda entrância ou de entrância especial, só pode perdê-lo por sentença judicial transitada em julgado.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que:

- a) somente a I, III, IV e V estão corretas;
- b) somente a I e IV estão corretas;
- c) somente a II e V estão corretas;
- d) somente a II e IV estão corretas.

22ª QUESTÃO: O Ministério Público eleitoral:

- a) tem como Membros exclusivamente os Procuradores Regionais da República que atuam como Procuradores Regionais Eleitorais junto aos Tribunais Regionais Eleitorais e os demais Membros do Ministério Público Federal que oficiam em cada uma das Capitais e em todas comarcas no interior dos Estados da Federação, vedada a função eleitoral ao Ministério Público Estadual;
- b) tem como incumbências, dentre outras, representar à Justiça Eleitoral para a abertura de investigação judicial visando a apurar uso indevido ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou ainda utilização indevida de veículo ou meios de comunicação social;
- c) pode mover ação penal apenas nos casos de crimes eleitorais de ação pública, cabendo-lhe opinar, mas não impugnar registros de candidaturas nas hipóteses de inelegibilidades;
- d) compõe o quinto constitucional, com os advogados, nos Tribunais Regionais Eleitorais.

23ª QUESTÃO: O crime tentado, quando, iniciada a sua execução, não se consuma, por circunstâncias alheias à vontade do agente. Entretanto, não há tentativa nos crimes:

- a) dolosos materiais;
- b) praticados em concurso de duas ou mais pessoas;
- c) de consumação antecipada;
- d) militares praticados em tempo de guerra.

24ª QUESTÃO: As imunidades penais, nos crimes contra o patrimônio, podem ser absolutas ou relativas. Indique, dentre as hipóteses abaixo relacionadas, a que constitui imunidade penal absoluta:

- a) crime praticado em prejuízo do cônjuge na constância de matrimônio religioso sem efeitos civis;
- b) crime praticado em prejuízo de concubina;
- c) crime praticado em prejuízo do cônjuge divorciado;
- d) crime praticado em prejuízo do cônjuge na constância da sociedade conjugal oriunda de matrimônio civil.

25ª QUESTÃO: Assinale a opção correta:

- a) Nos crimes de estelionato, a pessoa enganada deve sempre coincidir com a do delito do patrimônio lesado;
- b) O pressuposto material do crime de apropriação indébita é do domínio da coisa móvel pelo agente;
- c) Na apropriação indébita, a vontade do sujeito ativo é dirigida no sentido de inverter o título de posse ou detenção;
- d) Não age no exercício regular de um direito e, portanto, comete crime de apropriação indébita o proprietário de pensão que retém as malas e roupas do hóspede, em garantia de dívida por este contraída com o estabelecimento.

26ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

O superior hierárquico que desfere um tapa nas nádegas de sua colega de trabalho em logradouro público, deixando-a constrangida:

- a) pratica assédio sexual;
- b) pratica atentado violento ao pudor;
- c) pratica importunação ofensiva ao pudor;
- d) pratica constrangimento ilegal.

27ª QUESTÃO: Assinale a alternativa incorreta:

- a) A possibilidade de progressão do regime de cumprimento de pena por salto é decorrente da aplicação do princípio da humanidade e da individualização da pena na fase de execução;
- b) O percentual de acréscimo da pena pela ocorrência do crime continuado é fixado, tendo-se em vista o número de infrações cometidas pelo delinqüente, o que expressa a incidência do princípio da proporcionalidade;
- c) O princípio da lesividade assegura a punição do uso de substância entorpecente;
- d) Segundo o princípio da legalidade, a "abolitio criminis", instituída por medida provisória, não pode retroagir para beneficiar o réu.

28ª QUESTÃO: Assinale a alternativa incorreta:

- a) Na teoria dos elementos negativos do tipo o erro do tipo permissivo é tratado como erro de tipo excludente do dolo;
- b) Pela teoria psicológica da culpabilidade o erro de tipo permissivo afeta o dolo;
- c) Pela teoria da culpabilidade que remete à consequência jurídica, o erro de tipo permissivo afeta o dolo;
- d) O erro de tipo permissivo evitável implica a punição do agente por crime culposos se previsto em lei.

29ª QUESTÃO: Assinale a alternativa incorreta:

- a) Não é possível falar-se em coação moral irresistível na omissão imprópria;
- b) A teoria do domínio do fato é inaplicável aos delitos de omissão imprópria;
- c) É inadmissível a autoria mediata na omissão imprópria;
- d) É possível haver arrependimento eficaz nos crimes comissivos por omissão.

30ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

Um agente de polícia judiciária pratica crime previsto no art. 312 do Código Penal. Com base em farta documentação que presume a ocorrência do delito, o Ministério Público oferece denúncia.

- a) A denúncia será recebida pelo Juiz, que designará a citação do acusado;
- b) O Juiz determinará a notificação do acusado, para responder por escrito, no prazo de quinze dias;
- c) O Juiz determinará a notificação do acusado para proceder na forma do art. 395 do CPP;
- d) A denúncia será recebida pelo Juiz, que designará audiência de instrução e julgamento.

31ª QUESTÃO: As nulidades ocorridas na instrução do crime de induzimento, instigação ou auxílio a suicídio (art. 122 do CP), deverão ser argüidas:

- a) quando do interrogatório do réu levado a efeito no Plenário do Tribunal do Júri;
- b) no prazo das alegações finais;
- c) no prazo do oferecimento do libelo;
- d) nenhuma das alternativas está correta.

32ª QUESTÃO: Nos crimes dolosos contra a vida, o julgamento, à revelia do acusado:

- a) só é possível se o juiz expressamente autorizar;
- b) não é possível em hipótese alguma;
- c) sempre é possível, sem qualquer exceção;
- d) só é possível quando afiançável o crime e injustificada a sua ausência.

33ª QUESTÃO: Agildo, irritado com a demora em ser atendido no posto do INSS, quebra o vidro do guichê, ferindo a atendente, e destrói uma máquina de escrever. Agildo responde:

- a) por crime de dano e lesão corporal;
- b) tão só pelo crime de dano, porque a lesão corporal constituiu resultado diverso do pretendido;
- c) por crime de dano e lesão corporal dolosa;
- d) por crime de dano em concurso material e lesão corporal culposa.

34ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) Perdem o caráter de imóveis as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local;
- b) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso;
- c) Consideram-se benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor;
- d) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

35ª QUESTÃO: Sobre a prescrição, é correto afirmar:

- a) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão;
- b) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes;
- c) A interrupção da prescrição por um credor aproveita aos outros; semelhantemente, a interrupção operada contra o co-devedor, ou seu herdeiro, prejudica aos demais coobrigados;
- d) A interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador.

36ª QUESTÃO: Sobre condomínio, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os direitos de cada condômino às partes comuns são separáveis de sua propriedade exclusiva; são também separáveis das frações ideais correspondentes às unidades imobiliárias, com as suas partes acessórias;
- b) Não poderá exceder de cinco anos a indivisão estabelecida pelo doador ou pelo testador;

- c) O adquirente de unidade responde pelos débitos do alienante, em relação ao condomínio, inclusive multa e juros moratórios;
- d) Aplicam-se à divisão de condomínio, no que couber, as regras de partilha de herança.

37ª QUESTÃO: Todas as afirmativas abaixo são incorretas, exceto:

- a) Rompe-se o testamento, se o testador dispuser de sua metade, não contemplando os herdeiros necessários de cuja existência saiba, ou quando os exclua dessa parte;
- b) A cláusula de inalienabilidade, imposta aos bens por ato de liberalidade, não implica impenhorabilidade e incomunicabilidade;
- c) São anuláveis as disposições testamentárias inquinadas de erro, dolo ou coação;
- d) Poderá dispor de seus bens em testamento cerrado quem não saiba ou não possa ler.

38ª QUESTÃO: Sobre a aceitação e renúncia da herança, é correto afirmar:

- a) A aceitação tácita da herança exprime-se através dos atos officiosos, tais como o funeral do finado, os meramente conservatórios e os de administração e guarda provisória;
- b) Falecendo o herdeiro antes de declarar se aceita a herança, o poder de aceitar passa-lhe aos herdeiros, a menos que se trate de vocação adstrita a uma condição suspensiva, ainda não verificada;
- c) Não se pode aceitar ou renunciar a herança em parte, sob condição ou a termo; e o herdeiro, chamado, na mesma sucessão, a mais de um quinhão hereditário, sob títulos sucessórios diversos, não pode deliberar quanto aos quinhões que aceita e aos que renuncia;
- d) Os chamados à sucessão do herdeiro falecido antes da aceitação, desde que concordem em receber a segunda herança, não poderão aceitar ou renunciar a primeira.

39ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) O direito à sucessão aberta, bem como o quinhão de que disponha o co-herdeiro, pode ser objeto de cessão por escritura pública; e os direitos, conferidos ao herdeiro em consequência de substituição ou de direito de acrescer, presumem-se abrangidos pela cessão feita anteriormente;
- b) É eficaz a cessão, pelo co-herdeiro, de seu direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente;
- c) É ineficaz a disposição, sem prévia autorização do juiz da sucessão, por qualquer herdeiro, de bem componente do acervo hereditário, pendente a indivisibilidade;
- d) É ineficaz a alienação feita, a título oneroso, pelo herdeiro aparente a terceiro de boa-fé.

40ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) Podem os cônjuges, independentemente de autorização um do outro, comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica; obrigando-se solidariamente ambos os cônjuges pela dívida contraída para esse fim;
- b) Excluem-se da comunhão parcial os bens adquiridos por fato eventual, com ou sem o concurso de trabalho ou despesa anterior, bem como as benfeitorias em bens particulares de cada cônjuge;
- c) O direito à meação é renunciável, cessível e penhorável na vigência do regime matrimonial de participação final nos aqüestos;
- d) No caso de dissolução de sociedade conjugal, estabelecida sob o regime de participação final nos aqüestos, as dívidas de um dos cônjuges, quando superiores à sua meação, obrigam ao outro ou a seus herdeiros.

41ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, bastando a confissão desta para excluir a paternidade;
- b) A presunção de que o filho foi concebido na constância do casamento não é elidida em relação ao havido por inseminação artificial heteróloga, mesmo que falecido o marido;
- c) O filho havido fora do casamento, reconhecido por um dos cônjuges, poderá residir no lar conjugal sem o consentimento do outro;
- d) Os efeitos da adoção começam a partir do trânsito em julgado da sentença, exceto se o adotante vier a falecer no curso do procedimento, caso em que terá força retroativa à data do óbito.

42ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) Com autorização judicial, pode o tutor constituir-se cessionário de crédito ou de direito contra o menor;
- b) O tutor fica desobrigado de prestar contas da sua administração, se desse encargo tenha sido dispensado pelos pais do tutelado;
- c) Para fiscalização dos atos do tutor, pode o juiz nomear um protutor;
- d) O tutor, em nenhuma hipótese, poderá delegar o exercício da tutela, ainda que parcialmente.

43ª QUESTÃO: Sobre o registro de imóveis, é incorreto afirmar que:

- a) Tratando-se de usucapião, os requisitos da matrícula devem constar do mandado judicial,
- b) A matrícula do imóvel promovida pelo titular do domínio direto não aproveita ao titular do domínio útil, e vice-versa;
- c) O cancelamento da servidão, quando o prédio dominante estiver hipotecado, só poderá ser feito com a aquiescência do credor, expressamente manifestada;
- d) Não serão registrados, no mesmo dia, títulos pelos quais se constituam direitos reais contraditórios sobre o mesmo imóvel.

44ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) O dono do animal ressarcirá o dano por este causado, em qualquer hipótese;
- b) O dono de hotel, se houver culpa de sua parte, é responsável pelos danos causados pelos seus hóspedes;
- c) O dono da coisa deteriorada terá direito à indenização do prejuízo que sofreu, em qualquer hipótese;
- d) Nos casos em que o incapaz responde pelos prejuízos que causar, a indenização deve ser eqüitativa e não terá lugar se privá-lo do necessário ou as pessoas que dele dependem.

45ª QUESTÃO: "... é aquele que o Direito Positivo confere à Administração Pública para a prática de ato de sua competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização". Esta definição refere-se ao:

- a) Poder Discricionário;
- b) Poder de Polícia;
- c) Poder Vinculado;
- d) Poder de Exaustão.

46ª QUESTÃO: "A atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direitos, interesses ou liberdades individuais, regula a prática de ato ou abstenção de fato em razão do interesse público, nos limites da lei e com observância do devido processo legal". Caracteriza o:

- a) Poder Discricionário;
- b) Poder de Polícia;
- c) Poder Vinculado;
- d) Poder de Exaustão.

47ª QUESTÃO: Quando a autoridade remove funcionário para localidade de difícil acesso e difícil desempenho de suas funções, única e exclusivamente como forma de punição:

- a) pratica ato com desvio de poder;
- b) pratica ato com amparo no poder hierárquico, que rege o órgão sob a sua direção;
- c) pratica ato disciplinar no exercício de sua atividade;
- d) pratica ato de poder discricionário.

48ª QUESTÃO: Observada as seguintes definições, assinale os princípios segundo a ordem proposta.

- A atividade administrativa deve estar voltada para a coletividade indistintamente, sem privilegiar ou discriminar este ou aquele.
- É a divulgação do ato para conhecimento público e início de seus efeitos.
- Exigem de seus membros resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das

necessidades da comunidade.

- Estar sujeito aos mandamentos da lei e aos mandamentos do bem comum, deles não podendo afastar-se ou desviar-se sob pena de praticar ato inválido.
- a) Princípio da Legalidade, Princípio da Publicidade, Princípio da Impessoalidade, Princípio da Eficiência;
- b) Princípio da Legalidade, Princípio da Moralidade, Princípio da Impessoalidade, Princípio da Eficiência;
- c) Princípio da Impessoalidade, Princípio da Publicidade, Princípio da Moralidade, Princípio da Legalidade;
- d) Princípio da Impessoalidade, Princípio da Publicidade, Princípio da Eficiência, Princípio da Legalidade.

49ª QUESTÃO: Analise os enunciados e responda:

- I - "Ato administrativo perfeito é aquele que, tendo completado o ciclo de sua formação, contém todos os elementos de procedimento e forma exigidos por lei".
- II - "A teoria dos vícios do ato jurídico, no direito administrativo, guarda relações estreitas com a das nulidades, no direito civil, mas dela difere bastante, tanto no que diz respeito às soluções como na amplitude".
- III - "A inexistência é conceito puramente negativo ou positivo que, como tal, não teria valor prático, mas o tem, quando vai unido ao elemento positivo de uma aparência que simula um negócio realmente existente, sobretudo se subsistem alguns dos extremos de fato que, unidos a outros, viriam a dar-lhe existência efetiva.
- IV - "O conceito de eficácia na teoria dos atos administrativos tem notável importância, sobretudo no terreno processual, visto que o ato administrativo perfeito, mas ainda não eficaz por um motivo qualquer, não pode considerar-se ato lesivo".

- a) todas são verdadeiras;
- b) somente a I é verdadeira;
- c) a IV é falsa;
- d) a III é falsa.

50ª QUESTÃO: Em se tratando de obras públicas podemos dizer que:

I osidersiilaçã(deapar)-6.ti8esuideru A admi.uãP públicex a administrãa
pr7(ó/pr7(iivos)-8.adm)516.1(e)-8(iivos)-87(.2.7()J-J-1.4458 -1.1446 TD-0.002 Tc19428 Tiv421-6.7(-)-3.2(Q7-8.3(tand(A adm)-24.5(i)3.ninis

III

IV

- b) I(ls)-6.2(ãé f)-19.8(a)3.4(ls)-6.4(os)-6.(a;)J-J-0.0022 Tc0.0015 Tiva) todas são verdadeiras;

QUESTÃO: a se odasia qnisã(tanr(-)-3.ior(-)-3-8(podem)-24.4(os)-8aé f)-13.5r(-)-3- umer que:

IV - É modalidade de licitação entre, no mínimo, três interessados, do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos pela administração.

Tais modalidades de licitações denominam-se, na ordem em que estão enunciadas:

- a) Tomada de Preços, Convite, Concurso e Concorrência;
- b) Convite, Tomada de Preços, Leilão e Concorrência;
- c) Concorrência, Tomada de Preços, Leilão e Convite;
- d) Concorrência, Convite, Leilão e Tomada de Preços.

53ª QUESTÃO: Os proponentes têm direito à indenização no caso em que o Estado suspenda ou anule a concorrência, antes de concluir-se o contrato definitivo.

Esta afirmativa é:

- a) verdadeira, pois os proponentes tiveram despesas para a elaboração das propostas;
- b) verdadeira, se for omissa o Edital quanto à possibilidade do direito da Administração suspender ou anular a concorrência;
- c) falsa, pois o Processo de Concorrência não obriga a Administração a Contratar;
- d) falsa, pois esse direito à indenização não é automático, necessitando de reconhecimento pelo Poder Judiciário.

54ª QUESTÃO: São inerentes ao funcionário público:

- a) cargo público criado por lei ou decreto;
- b) nomeação pela autoridade competente;
- c) incorporação pela posse ou compromisso, para efetivo exercício;
- d) somente as alternativas b e c são corretas.

55ª QUESTÃO: ANULADA.

56ª QUESTÃO: A falência não será declarada, se a pessoa contra quem for requerida provar:

- I - falsidade do título da obrigação;
- II - prescrição;
- III - pagamento da dívida, embora depois do protesto do título;
- IV - depósito judicial oportunamente feito.

- a) todos os itens são verdadeiros;
- b) somente os itens I, II e IV são verdadeiros;
- c) somente os itens II e III são falsos;
- d) somente os itens I e IV são verdadeiros.

57ª QUESTÃO: Verifique as afirmativas:

- I - Pode ser declarada a falência do espólio do devedor comerciante e do menor de dezoito anos, desde que mantenha estabelecimento comercial com economia própria.
- II - Pode ser declarada a falência do espólio da mulher casada que exerce por mais de seis meses o comércio fora do lar conjugal.
- III - Pode ser declarada a falência dos que, embora expressamente proibidos, exerçam o comércio.
- IV - O comerciante que, sem relevante razão de direito, não paga, no vencimento, obrigação líquida constante de título que legitime a ação executiva é considerado em estado pré-falimentar, segundo o Código Comercial.

- a) todas as afirmativas estão corretas;
- b) somente as afirmativas I e II estão corretas;
- c) as afirmativas II e III estão corretas;
- d) as afirmativas II e IV são falsas.

58ª QUESTÃO: A nulidade de inscrição da dívida ativa, decorrente da omissão de dados que dela deveriam obrigatoriamente constar:

- a) é insanável;
- b) pode ser sanada, até a decisão de segundo grau;
- c) pode ser sanada, até a decisão de primeiro grau;
- d) pode ser sanada, em qualquer fase processual.

59ª QUESTÃO: Combine as quatro afirmativas abaixo com os seguintes princípios: I) Anterioridade; II) Isonomia; III) Legalidade; IV) Irretroatividade; e marque a alternativa correta.

- É proibido exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
- É vedado instituir tratamento desigual entre os contribuintes que estejam em situação equivalente.
- É defeso cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei.
- É vedado cobrar tributos no mesmo exercício em que se tenha publicado a lei que o instituiu ou aumentou.

- a) IV, I, II, III;
- b) III, II, I, IV;
- c) III, IV, II, I;
- d) III, II, IV, I.

60ª QUESTÃO: Marque a alternativa incorreta:

- a) As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos;
- b) Cabe à Lei Complementar dispor sobre conflitos de competência entre os entes federados, instituir tributos, regular as limitações constitucionais ao poder de tributar e dispor sobre normas gerais em matéria tributária;
- c) A União poderá instituir impostos de competência dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios;
- d) A União, os Estados e o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir impostos, taxas por serviços prestados, ou pelo exercício do poder de polícia, e contribuição de melhoria.

61ª QUESTÃO: O sistema constitucional tributário requer, para a instituição de empréstimo compulsório, no caso de investimento público de relevante interesse nacional, sejam observados os seguintes requisitos:

- a) princípio da irretroatividade, princípio da anterioridade, caráter de urgência, lei complementar e desvinculação da aplicação dos seus recursos à despesa que fundamentou a sua criação;
- b) caráter de urgência, aplicação dos recursos vinculada à despesa, observância do princípio da anterioridade e instituição mediante lei complementar;
- c) princípio da irretroatividade, princípio da não-cumulatividade, princípio da anterioridade, criação por lei complementar, aplicação dos recursos vinculada à despesa;
- d) caráter de urgência, criação por lei ordinária, aplicação dos recursos vinculada à despesa e princípio da irretroatividade.

62ª QUESTÃO: A característica da seletividade é, segundo a Constituição, de observância obrigatória na instituição de qual tributo:

- a) ICMS;
- b) IPI;
- c) CPMF;
- d) IRPF.

63ª QUESTÃO: Com exceção do ICMS, II e IE, nenhum outro imposto poderá incidir sobre:

- a) energia elétrica, serviços de telecomunicações, derivados de petróleo, combustíveis e minerais do país;
- b) energia elétrica, derivados de petróleo, combustível, movimentação financeira e minerais do país;
- c) energia elétrica, serviços de comunicação, derivados de petróleo, movimentação financeira e minerais do país;
- d) energia elétrica, serviços de comunicação, derivados de petróleo, combustíveis, movimentação financeira e minerais do país.

64ª QUESTÃO: Dentre outros, são tributos de competência dos Municípios:

- a) IPTU, ITCD, ISS, Taxas, Contribuição de Melhoria e Contribuição Social;
- b) IPTU, ITCD, ISS, Taxas, Contribuição de Melhoria;
- c) IPTU, ITBI, ITCD, ISS, Taxas, Contribuição de Melhoria e Contribuição Social;

d) IPTU, ITBI, ISS, Taxas e Contribuição de Melhoria.

65ª QUESTÃO: Como forma de determinar o momento da ocorrência do fato gerador, os negócios jurídicos condicionais reputam-se perfeitos e acabados, sendo resolutória a condição:

- a) no ano seguinte à celebração da avença;
- b) desde o momento do seu implemento;
- c) no exaurimento do negócio;
- d) desde a celebração do negócio.

66ª QUESTÃO: De ofício, por homologação e por declaração, são modalidades de:

- a) verificação da ocorrência do fato gerador das obrigações principais e acessórias;
- b) lançamento;
- c) se estabelecer a base de cálculo e, em sendo o caso, a imposição de penalidades;
- d) todas as alternativas anteriores estão corretas.

67ª QUESTÃO: Assinale a alternativa incorreta:

- a) As condições para o exercício da ação penal, chamadas de condições de procedibilidade, dividem-se em específicas e genéricas sendo as primeiras sempre exigíveis, não importando se pública ou privada a ação, e as últimas exigíveis somente nos casos em que a lei penal ou processual as reclamar;
- b) O crime de induzimento ao erro essencial e a ocultação de impedimento, que se configura quando o agente contrai casamento induzindo em erro essencial o outro contraente, ou ocultando-lhe impedimento que não seja casamento anterior, é de ação penal de iniciativa privada personalíssima, pois o direito de queixa só pode ser exercido pelo cônjuge enganado;
- c) O titular da ação penal exerce um direito subjetivo processual, diverso do direito subjetivo material, e formalmente conexo a uma pretensão insatisfeita;
- d) Na ação penal de iniciativa privada subsidiária da pública não é admissível a concessão de perdão, bem como a ocorrência da perempção.

68ª QUESTÃO: Assinale a alternativa incorreta:

- a) Medidas assecuratórias são providências cautelares de natureza processual, urgentes e provisórias, determinadas com o fim de assegurar a eficácia de uma futura decisão judicial;
- b) Suspenso o curso da ação penal, ocorre uma causa impeditiva da prescrição da pretensão punitiva. A suspensão, porém, não impede a inquirição de testemunhas e a realização de provas consideradas urgentes, como o exame pericial, a busca e apreensão etc;
- c) A citação válida torna prevento o juízo, interrompe a prescrição, induz a litispendência e tem como efeito imediato o complemento da relação jurídica processual;
- d) Não se deve proceder à citação dos doentes enquanto grave o seu estado; dos noivos, nos três primeiros dias de boda; a quem estiver assistindo ao ato de culto religioso; ao cônjuge ou a outro parente do morto consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos sete dias seguintes.

69ª QUESTÃO: Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se o réu não for encontrado ou ocultar-se à realização do ato citatório, como também se estiver em local inacessível, procedida à citação editalícia, não comparecendo em juízo e nem nomeando defensor, o juiz determinará a suspensão do processo e do lapso temporal prescricional;
- b) A sentença de pronúncia, se o crime for inafiançável, deve ser feita ao réu pessoalmente, mas se estiver foragido, em lugar incerto e não sabido, a intimação poderá ser feita na pessoa do seu defensor constituído ou na pessoa do defensor dativo, se for o caso;
- c) A pronúncia interrompe o curso da prescrição da pretensão punitiva, e não perde essa força interruptiva nem mesmo em face de desclassificação ulterior por parte dos jurados;
- d) Quando a impronúncia entender que o fato narrado não constitui crime, ou que ficou provado a inexistência do fato, opera-se a coisa julgada material, e o processo não pode ser mais reaberto. Da impronúncia cabe recurso em sentido estrito.

70ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) A denúncia alternativa, ou seja, aquela que atribui ao denunciado dois ou mais fatos, alternativamente, de modo que, não se comprovando o primeiro, chamado de principal, pede-se a condenação pelo subsidiário, não é nula, pois não viola o requisito essencial da descrição precisa do fato;
- b) A denúncia alternativa, ou seja, aquela que atribui ao denunciado dois ou mais fatos, alternativamente, de modo que, não se comprovando o primeiro, chamado de principal, pede-se a condenação pelo subsidiário, é nula, por violar o requisito essencial da descrição do fato;
- c) Mesmo sem a representação do ofendido ou do seu representante legal, o Ministério Público tem legitimidade "ad processum" para promover a ação penal pública condicionada, bem como legitimidade "ad causam" para integrar o polo ativo da relação processual;
- d) Contra decisão de anulação de processo, no todo ou em parte, decorrente de nulidade relativa ou absoluta, cabe recurso de apelação.

71ª QUESTÃO: Assinale a alternativa incorreta:

- a) Na hipótese de crime continuado, a contagem do prazo decadencial se faz em relação a cada uma das infrações, separadamente;
- b) Não existe perempção nas ações penais iniciadas por queixa em delito de ação pública;
- c) O aditamento à denúncia decorrente da aplicação do art. 384, parágrafo único, do CPP não leva à interrupção do prazo prescricional;
- d) O reconhecimento da ocorrência da perempção deve ser feito por via de decisão judicial. Todavia, não é dado ao juiz declarar perempta a ação penal, de ofício.

72ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) A difamação e a injúria não admitem a exceção da verdade;
- b) Somente em crime de calúnia se admite exceção da verdade;
- c) A calúnia contra o Presidente da República não admite exceção da verdade;
- d) A injúria irrogada contra funcionário público, no exercício de suas funções, admite exceção da verdade.

73ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) No juízo penal, somente quanto ao estado das pessoas é que serão observadas as restrições à prova estabelecida na lei civil;
- b) O perdão concedido a um dos querelados só produz efeito para o beneficiado e não para os demais querelados;
- c) Na quesitação ao Conselho de Sentença, o Juiz deve indagar sobre a ocorrência de concurso material, concurso formal e crime continuado;
- d) Nenhuma das alternativas anteriores.

74ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) Nos crimes de ação pública, o Juiz não poderá reconhecer agravantes, e não constarem da denúncia;
- b) A sentença de pronúncia, após seu trânsito em julgado, pode ser alterada pela verificação superveniente de circunstância que modifique a classificação do crime;
- c) A apresentação espontânea do acusado à autoridade impede a decretação da prisão preventiva nos casos em que a lei autoriza a constrição;
- d) Nos processos de competência do Tribunal do Júri, a falta de prova da existência do crime importará na absolvição sumária do acusado.

75ª QUESTÃO: Assinale a opção correta:

- a) A competência, em matéria penal, é de ordem pública, daí ser sempre absoluta a nulidade resultante da incompetência do Juiz;
- b) Se na "mutatio libelli", o fato é o mesmo e, errônea a classificação dada ao crime, para ser o réu condenado na tipificação correta, impõe-se o aditamento da denúncia;
- c) Somente o Ministério Público e o defensor do acusado podem requerer a instauração do incidente de insanidade mental do acusado;
- d) Somente caberá seqüestro dos bens imóveis adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração se não tiverem sido transferidos a terceiros.

76ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) A falta de assinatura pelo Juiz e pelo Órgão do Ministério Público na ata de julgamento pelo Tribunal do Júri importa em nulidade do julgamento;
- b) Constitui nulidade relativa interrogar o réu menor de 21 anos apenas na presença do defensor;
- c) A falta de assinatura pelos jurados no termo de julgamento pelo Tribunal do Júri, uma vez assinado pelo Juiz, importa em nulidade relativa;
- d) Não é nula a sentença proferida por Juiz que não ouviu os debates orais.

77ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) Em matéria de prova pericial, o Juiz ficará adstrito ao laudo, se os peritos forem oficiais;
- b) O Juiz formará seu convencimento por íntima convicção na apreciação da prova;
- c) Se duas são as vítimas, deve o Juiz formular ao Conselho de Sentença duas séries de quesitos, correspondentes a cada uma delas;
- d) A falta de exame complementar não pode ser suprida pela prova testemunhal.

78ª QUESTÃO: B move ação reivindicatória contra C. D é usufrutuário do imóvel objeto da demanda. D, na referida lide, deverá figurar como:

- a) assistente simples;
- b) assistente litisconsorcial;
- c) litisconsorte necessário;
- d) litisconsorte facultativo.

79ª QUESTÃO: Entre os diversos filhos do autor da demanda em que se pedem alimentos, ocorre:

- a) litisconsórcio passivo necessário simples;
- b) litisconsórcio passivo necessário unitário;
- c) litisconsórcio facultativo;
- d) não é caso de litisconsórcio, porque não há solidariedade na obrigação alimentar.

80ª QUESTÃO: Sendo admitida pelo magistrado a assistência:

- a) o assistente é sempre considerado litisconsorte da parte principal;
- b) a parte principal não pode mais desistir da ação, nem celebrar transação sobre o objeto do litígio;
- c) o assistente passa a ser substituto processual do assistido se este for revel;
- d) nenhuma das alternativas anteriores.

81ª QUESTÃO:

- I - A teleologia do § 2º do artigo 499 do CPC, que dispõe sobre a legitimidade do Ministério Público para recorrer nos processos em que é parte ou mesmo *custus legis*, encontra-se hoje parcialmente derrogada, por força de súmula editada pelo Superior Tribunal de Justiça;
- II - O Ministério Público não detém legitimidade para recorrer, quando funcionou nos autos como *custus legis*, se porventura o interesse das partes litigantes coincidir com o teor da prestação jurisdicional;
- III - Ao órgão de execução do Ministério Público, em razão do princípio da indivisibilidade institucional, é recomendado vincular-se ao conteúdo de anterior manifestação de outro Promotor de Justiça no processo, objetivando uma célere e coerente prestação jurisdicional;
- IV - A atuação recursal do Ministério Público estará sempre a mercê da prévia e expressa demonstração da defesa de interesse próprio, sob pena de restar exacerbada a sua legitimidade recursal;
- V - O interesse recursal, por ser corolário da legitimidade *ad processum*, é para o Ministério Público sempre presumido, se e quando a lei lhe conferir legitimidade para intervir.

Analisando-se as asserções acima, pode-se afirmar que estão incorretas:

- a) somente as alternativas II e III;
- b) somente as alternativas I e IV;
- c) somente as alternativas I, IV e V;

d) somente as alternativas I, II, III e IV.

82ª QUESTÃO: ANULADA.

83ª QUESTÃO: Sendo distribuído pedido de conversão de separação consensual em divórcio perante o mesmo juízo que homologou a separação do ex-casal, quando já havia alteração do domicílio dos requerentes, pode-se afirmar que:

- a) o juiz deve declinar de sua competência, em razão do foro privilegiado do domicílio da mulher. Exegese do artigo 100, I, do CPC;
- b) o pedido deve ser necessariamente formulado no juízo onde se processou a separação;
- c) a alteração do domicílio dos requerentes não impossibilita a opção do provimento jurisdicional perante o mesmo juízo;
- d) o pedido deve ser obrigatoriamente formulado perante o juízo do domicílio de qualquer dos requerentes, posto que a regra do artigo 100, I, do CPC está superada pelo princípio da igualdade jurídica dos cônjuges.

84ª QUESTÃO: Contra decisão não-unânime proferida em incidente de uniformização da jurisprudência:

- a) o prejudicado pode interpor embargos infringentes;
- b) é cabível o recurso extraordinário, se a questão decidida for de natureza constitucional;
- c) cabe o recurso especial, independentemente da natureza da questão decidida;
- d) não cabe recurso, salvo o de embargos de declaração em caso de obscuridade, contradição ou omissão.

85ª QUESTÃO: ANULADA.

86ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) O vício decorrente da ausência de citação no processo de conhecimento não escapa à eficácia preclusiva da coisa julgada;
- b) Quando o réu admite o fato constitutivo do suposto direito afirmado pelo autor, mas argúi que já adimpliu a prestação dele decorrente, diz-se que ofereceu defesa direta de mérito;
- c) Na denominada cumulação alternativa de pedidos a pluralidade que nela existe não é de pedidos, mas sim de objetos mediatos do pedido;
- d) Nas ações dúplices o réu não pode pleitear a antecipação dos efeitos da tutela definitiva.

87ª QUESTÃO: Marque a alternativa correta:

- a) A urgência exigida para efeitos de imissão de posse deve estar explícita no decreto de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação;
- b) O prazo para o ajuizamento de mandado de segurança contra decreto expropriatório conta-se do dia da distribuição da ação de desapropriação;
- c) No processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, exige-se a citação dos confrontantes que, na fase administrativa do procedimento, tenham impugnado, fundamentadamente, as divisas do imóvel expropriado;
- d) A ação discriminatória tem por objeto a tutela do domínio público pertinente a imóveis já extremados do domínio particular.

88ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) Quando se dá provimento ao recurso para anular a decisão impugnada, por *error in procedendo*, o julgamento proferido pelo órgão *ad quem* coincide, no objeto, com o do órgão *a quo*, e o substitui;
- b) Havendo litisconsórcio unitário entre os recorrentes, a desistência do recurso por apenas um dos litisconsortes não faz cessar os efeitos da interposição em relação aos demais, nem quanto ao próprio desistente;
- c) A contradição que autoriza a utilização dos embargos de declaração pode residir tanto entre as proposições do acórdão, como entre as destes e de outras decisões do mesmo Tribunal;
- d) O reconhecimento da justa causa ou do justo impedimento pelo órgão perante o qual foi interposto o recurso, com a conseqüente relevação da deserção, vincula o órgão *ad quem*, se a parte contrária não

recorrer da decisão que relevou a deserção.

89ª QUESTÃO: De acordo com a Lei nº 8.429/92, são espécies ou modalidades de improbidade administrativa:

- a) os que importam enriquecimento ilícito de agentes públicos; os que causam prejuízo aos contribuintes; e os que atentam contra os princípios da administração pública;
- b) os que importam enriquecimento ilícito de agentes públicos; os que causam prejuízo ao erário; e os que atentam contra os princípios da moralidade pública;
- c) os que importam enriquecimento ilícito de agentes públicos; os que causam prejuízo ao erário; e os que atentam contra os princípios da administração pública;
- d) os que importam enriquecimento ilícito de titulares de cargos públicos; os que causam prejuízo ao erário; e os que atentam contra os princípios da moralidade pública.

90ª QUESTÃO: Assinale a assertiva correta:

- a) De acordo com a Lei da Ação Civil Pública, o Ministério Público poderá requisitar informações para instruir o inquérito civil, fixando prazo mínimo de dez dias corridos para atendimento;
- b) Se o documento estiver em poder de repartição federal, o órgão do Ministério Público Estadual poderá requisitá-lo, desde que o faça por intermédio do Ministério Público Federal;
- c) Constitui crime punível com reclusão de um a quatro anos, e multa, recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura de ação civil pública objeto da lei que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência (Lei 7.853/89), quando requisitados pelo Ministério Público;
- d) A Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/85) estabelece que o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de dez dias úteis.

91ª QUESTÃO: Assinale a assertiva correta:

- a) Em caso de concurso de créditos decorrentes de condenações por interesses difusos e por interesses individuais, simultaneamente, as indenizações dos prejuízos individuais decorrentes do mesmo evento danoso terão preferência no pagamento;
- b) Na ação civil coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos, a sentença de procedência admite somente a execução coletiva;
- c) A sentença de improcedência na ação civil coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos, por qualquer fundamento, prejudica as ações individuais, exceto quanto aos interessados que tiverem intervindo como assistentes litisconsorciais na ação coletiva;
- d) A sentença de improcedência por insuficiência de provas em caso de interesses difusos produz coisa julgada *erga omnes*.

92ª QUESTÃO: A pretensão à reparação pelos danos causados por *fato do produto ou do serviço*, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor:

- a) prescreve em dez anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano;
- b) prescreve em dez anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria;
- c) prescreve em cinco anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento da autoria do dano;
- d) prescreve em cinco anos, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

93ª QUESTÃO: Assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público intervirá obrigatoriamente em qualquer ação proposta por pessoa portadora de deficiência ou contra ela;
- b) O Ministério Público intervirá obrigatoriamente em qualquer ação em que seja parte uma pessoa portadora de deficiência, desde que o objeto dessa ação esteja relacionado com a referida deficiência;
- c) A intervenção do Ministério Público é obrigatória em qualquer ação proposta por pessoa portadora de deficiência ou contra ela, desde que comprovada tal condição;
- d) O Ministério Público intervirá obrigatoriamente em qualquer ação em que seja parte uma pessoa portadora de deficiência, bastando que esta condição seja declarada por ela.

94ª QUESTÃO: Tendo por base a Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97), assinale a assertiva incorreta:

- a) A água é um bem de domínio público;
- b) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos é o consumo humano e a dessedentação de animais;
- c) A gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;
- d) A água é um recurso natural ilimitado, porém dotado de valor econômico.

95ª QUESTÃO: Em relação ao direito de superfície, estabelecido no Estatuto da Cidade, assinale a assertiva incorreta:

- a) O direito de superfície não abrange o direito de utilizar o subsolo e o espaço aéreo relativo ao terreno;
- b) O direito de superfície pode ser transferido a terceiros, obedecidos os termos do contrato respectivo;
- c) Por morte do superficiário, os seus direitos transmitem-se a seus herdeiros;
- d) O direito de superfície abrange o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo relativo ao terreno, na forma estabelecida no contrato respectivo, atendida a legislação urbanística.

96ª QUESTÃO: Em matéria ambiental, a perícia produzida no inquérito civil ou no juízo cível:

- a) pode ser aproveitada no processo penal, desde que instaurado o contraditório;
- b) não pode ser aproveitada no processo penal;
- c) pode ser aproveitada no processo penal, desde que haja expressa concordância das partes;
- d) pode ser aproveitada como prova apenas na ação civil pública, desde que instaurado o contraditório.

97ª QUESTÃO: Nos crimes ambientais, a proposta de transação penal, com a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multa:

- a) é incabível, tendo em vista a relevância do bem jurídico tutelado;
- b) é admissível, desde que se trate de crime ambiental de menor potencial ofensivo e tenha o autor da infração recolhido a multa administrativa aplicada pela autoridade ambiental competente;
- c) pode ser formulada nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, desde que tenha havido a prévia composição do dano ambiental, salvo em caso de comprovada impossibilidade;
- d) pode ser formulada nos crimes ambientais de menor potencial ofensivo, desde que tenha havido a efetiva reparação do dano ambiental.

98ª QUESTÃO: Assinale a alternativa incorreta, de conformidade com as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) A guarda confere a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais;
- b) A guarda confere à criança ou adolescente a condição de filho, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários;
- c) A guarda pode ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público;
- d) A guarda pode ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

99ª QUESTÃO: Em relação à remissão prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a opção correta:

- a) Iniciado o procedimento para apuração de ato infracional, a remissão pode ser concedida pela autoridade judiciária, como forma de exclusão do processo;
- b) O Ministério Público não pode conceder remissão antes de iniciado o procedimento judicial para apuração de ato infracional;
- c) A remissão, como forma de exclusão do processo, pode ser concedida em qualquer fase do procedimento, antes da sentença;
- d) A remissão pode incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semiliberdade e a internação.

100ª QUESTÃO: De conformidade com o Código do Consumidor (Lei nº 8.078/90), os contratos de adesão:

- a) não admitem cláusula resolutória;
- b) admitem a cláusula resolutória, desde que alternativa, cabendo ao consumidor escolher entre a resolução e a manutenção do contrato, observadas as disposições do Código do Consumidor a respeito da devolução das quantias pagas;
- c) admitem a cláusula resolutória, a critério do fornecedor, desde que se estabeleça a devolução das quantias pagas, monetariamente atualizadas, descontada a vantagem econômica auferida pelo aderente com a fruição do bem;
- d) admitem a cláusula resolutória, desde que estipulada multa em favor do consumidor.

PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA

1ª QUESTÃO: Construa uma frase com cada vocábulo abaixo:

- a) intemorato: _____
- b) intemerato: _____
- c) elidir: _____
- d) ilidir: _____
- e) infligir: _____
- f) infringir: _____
- g) inerme: _____
- h) inerte: _____
- i) incipiente: _____
- j) insipiente: _____

2ª QUESTÃO: Coloque os verbos entre parênteses nos tempos indicados, conforme o contexto:

- a) A notícia _____ a todos os presentes. (aprazer – pretérito perfeito do indicativo)
- b) Nós _____ tudo naquela época, a fim de se evitar prejuízos futuros. (prover – pretérito mais que perfeito do indicativo)
- c) Ele _____ com cautela, para não causar maiores transtornos. (intervir – pretérito perfeito do indicativo)
- d) Nós _____ com relação às propostas da reforma previdenciária. (desavir – pretérito imperfeito do indicativo)
- e) _____ a tua senha, para que possamos iniciar a operação. (digitar – imperativo afirmativo)

3ª QUESTÃO: Reescreva as orações abaixo, corrigindo-as, se necessário, de acordo com a norma culta quanto à concordância verbal ou nominal. Justifique a resposta.

- a) O aviso foi encaminhado a diferentes clínicas médica-cirúrgicas.

- b) Anexo, remetemos-lhe as documentações solicitadas.

- c) Embora com a saúde debilitada, Sua Excelência encontrava forças bastante para conduzir a audiência.

- d) Nos últimos dias tem aparecido muitos interessados pelo emprego.

e) Não de existir outros meios para se chegar ao resultado esperado.

4ª QUESTÃO: Redija frases, contendo casos distintos, sendo: 2 (duas) frases para a *próclise*; 2 (duas) para a *mesóclise*; e 2 (duas) para a *ênclise*.

5ª QUESTÃO: Construa uma frase com cada um dos vocábulos:

a) *Por que?*; b) *Porque*; *por que*; *porquê*; e *por quê*. Justifique a resposta.

6ª QUESTÃO: Classifique as conjunções ou locuções conjuntivas das frases abaixo.

a) Por mais que comprovem essas questões, não será o suficiente para resolver o problema.

b) Esperamos que aquela lei não entre em vigor.

c) Recebeu tanto apoio que decidiu seguir em frente na carreira.

d) Ninguém sabia ao certo se ele tinha formação superior.

e) Farei o projeto desde que tenha condições.

7ª QUESTÃO: Empregue adequadamente o pronome relativo

a) Qual será o diretor _____ nome a funcionária não quis revelar?

b) O presidente _____ falo é meu conterrâneo.

c) O lugar _____ paramos na viagem era sombrio.

d) O juiz _____ compareceu foi bem claro.

e) É o livro _____ dados necessito para o trabalho.

REDAÇÃO: (mínimo: 50 linhas)

Tema: : **“O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA EFETIVA OBSERVÂNCIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE”.**

PROVA ESCRITA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1ª QUESTÃO: Em razão do falecimento do vereador **Umbralino Precoce**, a Câmara Municipal de Palmira, MS, editou o Decreto Legislativo nº 01/00 que, em seu artigo 1º, concede à viúva e, na ausência desta, aos filhos menores do falecido, pensão vitalícia equivalente à remuneração a que ele faria jus no exercício do mandato, atualizada sempre na forma da lei e nas ocasiões que ocorrerem tais modificações dos valores e percentuais pertinentes.

Naquele Município não existe órgão previdenciário para o qual o falecido tivesse contribuído. Questiona-se:

a) Houve inobservância de algum critério fundamental para a concessão do benefício?

b) A pensão instituída no Decreto Legislativo nº 01/00 pode ser impugnada?

c) Qual a via adequada, os legitimados e os dispositivos violados?

2ª QUESTÃO: Sendo o Ministério Público o *dominus litis*, em tema de ação penal pública, o requerimento de arquivamento de inquérito policial formulado pelo Procurador-Geral de Justiça, em se tratando de matéria de atribuição originária, pode ser rejeitado pelo Tribunal de Justiça? Justificar a resposta.

3ª QUESTÃO: Que se entende por unicidade e por pluralidade sindical com relação aos direitos sociais?

4ª QUESTÃO: Por que se diz que a nacionalidade por opção é potestativa? Qual a condição jurídica do optante, antes da opção?

5ª QUESTÃO: Qual a diferença entre competência exclusiva e competência privativa? A Constituição Federal é rigorosamente técnica ao classificar as competências quanto à extensão? Exemplifique.

6ª QUESTÃO: A adoção de determinada forma de sufrágio denuncia, necessariamente, o regime político?

7ª QUESTÃO: Para maior eficiência no combate à corrupção e à criminalidade, especialmente nos crimes de “colarinho branco” e de organizações criminosas, pode-se dispensar a observância dos princípios constitucionais da legalidade, da presunção de inocência, do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, na persecução criminal? Neste particular, qual o significado e a importância para o Ministério Público de tais princípios?

PROVA ESCRITA DE DIREITO PENAL

1ª QUESTÃO: Em que circunstância o latrocínio pode ser definido como crime preterdoloso?

2ª QUESTÃO: As medidas de segurança também são atingidas pelo princípio da irretroatividade da lei penal?

3ª QUESTÃO: Em que consiste o delito putativo por erro de tipo?

4ª QUESTÃO: CAIO e TÍCIO, em um automóvel, trafegam pela rodovia BR-262 no trecho Miranda-MS/Corumbá-MS. Em determinado momento se deparam com uma caminhonete tombada à beira da estrada tendo em seu interior uma pessoa gravemente ferida. Param, olham e prosseguem a viagem, deixando ali o cidadão ferido entregue à sua própria sorte, embora pudessem socorrê-lo sem risco pessoal para qualquer dos dois.

Pergunta-se: O crime de omissão de socorro que se configurou, no caso, foi praticado por CAIO e TÍCIO em co-autoria, concretizando-se a hipótese de concurso de agentes? (ou não?).

5ª QUESTÃO: TÍCIO, mediante grave ameaça, empregando arma de fogo e num só contexto de fato, subtrai bens de várias pessoas.

Qual a qualificação legal do fato? Crime único, roubos continuados, concurso formal ou material?

PROVA ESCRITA DE DIREITO CIVIL

1ª QUESTÃO: Apresentado mandado judicial de seqüestro de imóvel no Registro de Imóveis de “Borba Gato”, o seu registro foi recusado pelo Oficial por não mais pertencer o imóvel à requerida do processo cautelar, que o alienara antes da apresentação do referido mandado. O mesmo foi posteriormente reapresentado no serviço registrário, por Oficial de Justiça, em cumprimento de mandado de intimação do registrador para inscrevê-lo no álbum imobiliário, sob pena de desobediência. O registrador manteve a recusa e, de ofício, para evitar ser preso em flagrante e responder a processo por crime de desobediência, suscitou dúvida alegando que o registro do mandado de seqüestro implicaria em ofensa ao princípio da continuidade.

Ao impugná-la, o interessado no registro alegou que: a) o direito de seqüela, inerente à medida do seqüestro, autoriza o ingresso do mandado judicial no fôlio real ainda que o imóvel esteja registrado em nome de terceiro; b) que a alienação é ineficaz porque o imóvel foi adquirido por terceiro após a concessão da liminar do seqüestro.

Diante disso, responda fundamentadamente as seguintes perguntas:

a) Na situação atual da matrícula, o registro do seqüestro implicaria mesmo em ofensa ao princípio da continuidade?

b) Poderia o Oficial registrar o seqüestro, não estando mais o imóvel em nome da requerida da cautelar, sem que houvesse expressa decisão no feito jurisdicional que determinasse tal ato?

c) Cabe ao Oficial decidir se a alienação do imóvel a terceiro, após a propositura da ação cautelar, é ineficaz, ou se o direito de seqüela inerente ao seqüestro legitima o registro?

- d) As questões constantes da letra "c" podem ser solucionadas em procedimento de dúvida?
e) O título de mandado judicial o isenta de satisfazer os requisitos registrários?

2ª QUESTÃO: Sílvio e Helena, sócios de uma empresa e conviventes há mais de quinze anos, reciprocamente e na mesma data, fizeram testamentos, em termos semelhantes e no mesmo tabelião, deixando as cotas na empresa um para o outro. As cotas pertencentes a Sílvio foram adquiridas com o produto da venda de um único imóvel que o mesmo recebera da herança deixada pelos seus pais. Um ano após, Helena revogou o testamento, anteriormente feito em benefício do seu sócio e companheiro. Sílvio faleceu três anos depois de ter feito o testamento, deixando apenas duas irmãs. Estas ingressaram em juízo com a pretensão de obterem a decretação da nulidade do testamento, sustentando quebra da reciprocidade que houve com a revogação do testamento feito pela ré, implicando isso na presunção de se considerar revogado o ato de liberalidade de seu irmão, além de infringência ao artigo 1.863 do Código Civil, que não admite testamento conjuntivo, pois, embora sejam dois instrumentos distintos, configurada estaria a bilateralidade do ato. Além disso, nas referidas cotas não haveria a sucessão da companheira, porque não adquiridas onerosamente na vigência da união estável e, também, porque o testador dispôs da totalidade de seus bens sem resguardar a legítima das requerentes.

Questiona-se:

Assiste razão às autoras? Fundamente.

3ª QUESTÃO: João e Maria, em 17.2.2003, formularam pedido de restabelecimento da sociedade conjugal nos autos da separação judicial, através de advogado munido de poderes especiais para o ato. Os autos foram com vista ao Promotor de Justiça, que emitiu parecer favorável, sendo os mesmos encaminhados ao Juiz, em 25.3.2003, para receber provimento homologatório. Em 26.3.2003, João faleceu.

Indaga-se:

É possível a homologação? Justifique.

4ª QUESTÃO: Priscila, namorada de Tiago, no apartamento deste, durante uma briga do casal, lança sobre o namorado, que se encontrava perto da janela, uma garrafa. Tiago consegue desviar-se do objeto e este, ultrapassando a janela, atinge, na rua, Daniel, que por ali passava, produzindo-lhe lesões corporais.

Pergunta-se:

Quem será responsável pelo ressarcimento civil e quais os requisitos autorizadores de eventual condenação? Fundamente a resposta.

5ª QUESTÃO: Estabeleça a diferença entre prescrição extintiva e prescrição aquisitiva e a finalidade social de uma e de outra.

6ª QUESTÃO: Em que hipóteses o silêncio terá força de declaração volitiva originando um negócio jurídico? Fundamente.

PROVA ESCRITA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª QUESTÃO: Disserte sobre os princípios constitucionais inerentes ao Direito Administrativo, contidos no texto constitucional.

2ª QUESTÃO: Quais os tipos de licitação? Fica à critério da autoridade administrativa escolher a modalidade de licitação que melhor lhe agrade? Qual a diferença entre elas?

3ª QUESTÃO: Que são servidores públicos? Justifique.

4ª QUESTÃO: Que é licitação?

5ª QUESTÃO: Que se entende por improbidade administrativa? Quais as suas conseqüências?

6ª QUESTÃO: Que se entende por ato administrativo discricionário? Esse ato é uma liberalidade da lei em favor da autoridade administrativa? O ato administrativo discricionário pode ser invalidado pelo Poder Judiciário? Justifique.

7ª QUESTÃO: Considerando o alcance das decisões nos processos administrativos que penalizam os servidores, pode-se afirmar que esses órgãos julgadores se assemelham a um tribunal de exceção?

8ª QUESTÃO: Defina e compare os institutos da desapropriação e da desafetação.

PROVA ESCRITA DE DIREITO COMERCIAL E DIREITO TRIBUTÁRIO

1ª QUESTÃO: Que é o lançamento para o direito tributário? A quem compete proceder o lançamento? Quais os tipos de lançamento e quais suas características? Qual a função do lançamento? O lançamento é ato formal constitutivo ou declaratório?

2ª QUESTÃO: Quais os efeitos da sentença declaratória de falência. O falido impedido de comercializar não pode ser sujeito passivo dos tributos incidentes sobre a circulação de mercadorias? Justifique e fundamente.

3ª QUESTÃO: Confrontando os artigos 134, VII, e 135, II, ambos do CTN, faça breve comentário sobre o alcance e aplicação desses dispositivos, se for o caso, se valendo das definições contidas no Direito Comercial.

4ª QUESTÃO: Pode-se afirmar que é juridicamente possível a compensação de valores indevidamente pagos à título de multa moratória com parcelas vincendas de imposto, considerado que nos termos do parágrafo primeiro do art. 113 do CTN tanto o tributo como a penalidade pecuniária constituem-se em obrigação principal? Justifique.

5ª QUESTÃO: Os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais têm natureza tributária? Como se enquadrariam essas figuras dentro da classificação jurídica dos tributos? A devolução do valor arrecadado com o empréstimo compulsório não o descaracteriza como espécie tributária? Justifique.

6ª QUESTÃO: Analisando o texto constitucional (Sistema Tributário Nacional), informe qual a hierarquia da lei complementar em matéria tributária. Justifique.

7ª QUESTÃO: Um determinado Estado não instituiu o ICMS, a Associação de Municípios orientou os Municípios a instituírem, mediante Lei Municipal, o referido imposto, creditando 75% (setenta e cinco por cento) para o Estado e ficando com os 25 % (vinte e cinco por cento) da arrecadação, considerando ser esse o índice de participação estabelecido na Constituição. É correto esse procedimento? Justifique fundamentando a resposta.

PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª QUESTÃO:

Liberdade Provisória - dissertação

01. Conceito. 02. Espécies. 03. Liberdade provisória sem a necessidade de recolhimento de fiança. 03. Competência para a concessão. 04. Recurso. 05. Liberdade provisória com fiança.

2ª QUESTÃO:

01 - Formule quesitos a serem respondidos pelos jurados numa hipótese de homicídio tentado simples, com lesões corporais, em que a tese da defesa é a negativa de autoria. Inexistem agravantes ou atenuantes específicas. Diga quais as conseqüências das respostas em cada quesito.

02 - Bento e Clarismundo foram denunciados e pronunciados por homicídio qualificado. Bento, como mandatário (autor direto) e Clarismundo como mandante (autor indireto). Os processos foram separados. Bento vai a julgamento primeiro e é absolvido por maioria. A tese da defesa foi negativa de autoria. A sentença absolutória transita em julgado sem recurso algum.

Pergunta-se: Clarismundo deve ser levado a julgamento perante o Tribunal do Júri? Há reflexos para Clarismundo diante da absolvição do co-autor?

03 - Birico, Cidinho e Dedé planejam um assalto ao carro pagador da empresa Nutrex. Esta toma conhecimento da intenção daqueles, através de funcionário convidado a participar do evento delituoso. A empresa Nutrex comunica o fato à polícia. Esta manda o carro pagador com policiais no interior e sem qualquer importância em dinheiro. Na estrada, Birico, Cidinho e Dedé, de emboscada, efetuaram diversos disparos com arma de fogo contra o veículo, causando ferimentos leves no motorista (empregado da empresa Nutrex).

Pergunta-se: Tipificou-se o delito de latrocínio tentado? Justificar.

3ª QUESTÃO:

Kleverston da Silva foi denunciado no art. 16 da Lei nº 6.368/76. Foi recebida a denúncia. Ordenada a citação, o denunciado não foi encontrado, estando em lugar incerto e não sabido (fs.), motivo pelo qual se fez a citação editalícia.

Posteriormente o Ministério Público requereu a aplicação da suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Contudo, requereu também a produção de provas orais, alegando em síntese: “Que as testemunhas, via de regra, se esquecem freqüentemente das circunstâncias em que os fatos ocorreram”. O MM. Juiz acolheu parcialmente o pedido do MP, determinando tão somente a suspensão do processo, na forma do art. 366 do CPP. Desta forma restou indeferido o pedido de produção de provas orais, sob o fundamento de não haver nos autos justificativa de urgência, “periculum in mora”, perigo de dano jurídico evidenciado por uma situação objetiva.

Interpor o remédio processual cabível, visando à modificação da decisão, para a realização da prova oral.

PROVA ESCRITA DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1ª QUESTÃO: O proprietário de um imóvel propõe ação em face do vizinho, objetivando o reconhecimento de servidão. O réu contesta, negando o direito do autor, sob fundamento de que servidão não pode existir, porque ambos os imóveis são de sua propriedade. Não há outro litígio judicial entre ambos. Diante disso, responda fundamentadamente:

- a) O réu argüiu uma questão prejudicial que suspende o processo?
- b) O juiz pode, no desenrolar da relação processual, manifestar-se sobre a questão da propriedade que é estranha à lide?
- c) A simples alegação na contestação, mesmo que desacompanhada de qualquer outra medida proposta pelo réu ou pelo autor, é suficiente para que o juiz decida a questão da propriedade na sentença?
- d) Pelo conteúdo da contestação está caracterizada a ausência de pressuposto processual subjetivo?
- e) O fundamento de defesa apresentado pelo réu pode ainda ensejar propositura de ação declaratória incidental por ele próprio ou pelo autor?

2ª QUESTÃO: José Credo propôs ação de indenização por danos materiais contra Mortolino, pleiteando a sua condenação ao pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). O juiz, após a instrução do processo, entendendo que a hipótese comportava também a condenação por danos morais, decorrentes da prática do mesmo fato, julgou procedente o pedido e condenou o réu ao pagamento de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a título de indenização por danos materiais e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por danos morais. Irresignado, Mortolino apelou da sentença, alegando, preliminarmente, julgamento *extra petita* e, no mérito, sustentando não ter sido responsável pelo dano sofrido. Examinando a situação projetada, responda e justifique:

- a) José Credo pode, transcorrido o prazo para interpor apelação, ao ser intimado para ofertar contra-razões ao recurso de Mortolino, interpor apelação adesiva, pleiteando o aumento da verba devida a título de danos materiais?
- b) Sendo o valor total da condenação inferior ao que foi pleiteado na inicial, a sentença recorrida, mesmo assim, caracterizou julgamento *extra petita*?
- c) Se o Tribunal reconhecer a existência de julgamento *extra petita*, poderá corrigir a sentença, retirando a parte da condenação que não foi objeto do pedido do autor?

d) Havendo somente recurso de **Mortolino**, o Tribunal estará impedido de aumentar a verba devida a título de danos materiais, ainda que entenda que a prova dos autos demonstre que os danos materiais sofridos por **José Credo** alcançaram o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), como pedido na inicial?

3ª QUESTÃO: Perante uma das Varas Cíveis da Comarca de Campo Grande-MS, foi proposta ação para reconhecimento e dissolução de união estável, com a consequente partilha dos bens. O juiz julgou procedente o pedido, determinando a partilha dos bens adquiridos durante a convivência das partes. Antes do trânsito em julgado da decisão, sobreveio a Lei nº 9.278/96, que dispôs que toda matéria relativa à união estável é de competência do juízo da Vara de Família. A parte vencida apelou tão-somente para alegar a incompetência do juízo prolator da decisão, ao mesmo tempo em que suscitou conflito negativo de competência, pleiteando a anulação da sentença e a remessa dos autos para o juízo de família, agora competente, *ratione materiae*, para o julgamento da causa. Em face dessa situação hipotética, responda e justifique:

a) A hipótese comporta arguição de conflito de competência?

b) Na situação, ocorreu a incompetência superveniente do juízo?

4ª QUESTÃO: **Atílio** propôs ação de indenização contra **BerToldo**, indicando ser esta uma pessoa jurídica. Não mencionou quem seria o representante da empresa. Foi citado **Castro**, pessoa física que se apresentou como sócio e representante, havendo boa-fé do oficial de justiça. Treze dias depois da citação e cinco dias depois da juntada do mandado aos autos, **BerToldo** apresentou petição alegando apenas a nulidade da citação, provando ser firma individual e que **Castro** é um simples preposto seu. Examinando a hipótese projetada, manifeste seu entendimento sobre a citação e sobre eventual ocorrência de preclusão consumativa para o réu.

5ª QUESTÃO: Inconformada com a sentença que julgou procedente o pedido formulado por **Aracy** na ação ordinária de rescisão de contrato de promessa de compra e venda, cumulada com a de reintegração de posse e perdas e danos, estas no equivalente à parte do preço já pago pela ré, em face do inadimplemento desta, **Balabanian** interpôs recurso de apelação, que foi parcialmente provido, por maioria de votos, mantendo-se a procedência da ação, assegurando à apelante o direito de indenização pelas benfeitorias feitas no imóvel. Esse aresto foi mantido em grau de embargos infringentes, por acórdão que pôs em destaque tratar-se de promessa de compra e venda, com pagamento do preço, ao longo do tempo, portanto, de contrato de trato sucessivo. Contra essa última decisão, foi proposta por **Balabanian**, em 16.03.1990, Ação Rescisória, alegando-se violação flagrante do disposto nos artigos 916 a 927 e 1092, parágrafo único, c/c os artigos 866 e 1101, todos do Código Civil, sendo que a citação de **Aracy** ocorreu em 25.05.1990. O v. acórdão rescindendo foi publicado no dia 07.03.1988, mas, contra ele, em 21.03.1988, foi interposto, tempestivamente, recurso extraordinário, com Arguição de Relevância, que foi determinada procedente, em 15.06.1988. Por falta de preparo, foi o recurso julgado deserto em 02.09.1988. A ação rescisória foi julgada procedente, por maioria de votos, concluindo que a decisão rescindenda se atrita com o direito vigente, por estar caracterizada a desobediência ao artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil (aplicação da analogia e dos princípios gerais do direito, além dos costumes, quando a lei for omissa), reconhecendo que a ofensa não se prende à nenhuma norma específica, mas se extrai do sistema positivo. **Aracy**, inconformada, interpôs recurso.

Responda:

a) Qual o recurso cabível?

b) Há intervenção obrigatória do Ministério Público?

c) Ocorreu o prazo extintivo para a propositura da ação rescisória?

d) Poderia o v. acórdão recorrido acolher a ação rescisória, depois de ter admitido não haver um dispositivo de lei violado em si mesmo?

e) O v. aresto recorrido violou dispositivos do Código de Processo Civil? Quais e por quê?

PROVA ESCRITA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS E DIREITO ACIDENTÁRIO

1ª QUESTÃO: a) Estabeleça a distinção entre a publicidade enganosa comissiva e a publicidade enganosa por omissão. b) Na caracterização da publicidade enganosa, para efeitos civis, exige-se a intenção de enganar por parte do anunciante? Fundamente a resposta, indicando o entendimento da doutrina e da jurisprudência.

2ª QUESTÃO: O que são interesses individuais homogêneos? O Ministério Público possui legitimidade para a tutela de qualquer interesse individual homogêneo? Fundamente e exemplifique.

3ª QUESTÃO: O decurso do prazo da prescrição de que trata o art. 23 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (que dispõe sobre os atos de improbidade administrativa), impede a administração de obter judicialmente o ressarcimento do dano material causado pelo ato de improbidade? Fundamente a resposta, indicando o entendimento da doutrina e da jurisprudência.

4ª QUESTÃO: A empresa Courosul S/A, estabelecida na cidade de Campo Grande-MS, opera no ramo de curtimento e preparação de couro bovino para a indústria de calçados. Tratando-se de atividade potencialmente poluidora, requereu e obteve licença de operação da autoridade ambiental competente. Ao requerer a licença ambiental, a empresa omitiu dados relevantes sobre o processamento do couro, principalmente sobre os produtos químicos que seriam utilizados. Afirmou que os resíduos líquidos decorrentes da atividade seriam adequadamente tratados para posterior lançamento no Córrego Água Limpa. Decorridos seis meses do início da operação das atividades da empresa, a Promotoria de Justiça do Meio Ambiente recebeu representação de uma associação de moradores, reclamando do forte mau cheiro exalado pelas lagoas de tratamento. Instaurado e concluído inquérito civil, restou comprovado:

- a) que o sistema de tratamento adotado pelo curtume era inadequado e que os efluentes lançados no Córrego Água Limpa conservavam parte das substâncias químicas utilizadas pela empresa;
- b) que os resíduos líquidos gerados pelo empreendimento, apesar de passarem pelo sistema de tratamento, estavam provocando danos à ictiofauna do Córrego Água Limpa e ao ecossistema da área de seu entorno, porém ainda não se verificava a mortandade de peixes, que eram consumidos por moradores da região;
- c) que o órgão ambiental competente, ciente dos laudos comprobatórios das conclusões constantes das letras “a” e “b”, manteve a licença de operação, mas notificou o representante legal da Courosul S/A a instalar, no prazo de seis meses, sistemas adequados de tratamento dos resíduos líquidos, de acordo com os padrões regulamentares e as técnicas científicas recomendadas para evitar a poluição do Córrego Água Limpa.

Indaga-se:

- 1) O órgão ambiental competente adotou a providência administrativa correta? Por quê?
- 2) Se incorreta a decisão do órgão licenciador, quais as providências a serem tomadas pelo Promotor de Justiça?

5ª QUESTÃO Tício da Silva é proprietário da Fazenda Ipê, com área de 500 hectares, localizada na cidade de Miranda-MS. Possuindo extensa área às margens do Rio Miranda, Tício resolveu lotear parte de sua propriedade e vender a terceiros para utilização como sítios de recreio. Mediante instrumentos particulares de compra e venda, Tício da Silva compromissou a venda de 50 lotes de 10.000 metros cada um a compradores diversos. Desses promitentes compradores, João dos Anzóis, Pedro da Silva e Paulo dos Santos iniciaram imediatamente a implantação de seus sítios de lazer e desmataram parte da faixa de mata ciliar ao longo da margem direita do Rio Miranda, correspondente aos respectivos lotes, para a construção de casas. A Polícia Militar Ambiental tomou conhecimento do fato somente dias após o desmatamento e autuou o senhor Tício da Silva, proprietário da Fazenda Ipê, bem como os três promitentes compradores referidos, indicados por Tício da Silva como sendo os responsáveis pelo desmatamento, encaminhando cópia do auto de infração ao Promotor de Justiça da Comarca de Miranda. A pedido do Promotor de Justiça da Comarca, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente determinou imediatamente a realização de vistoria no local, tendo sido constatado:

- a) que o desmatamento da faixa de mata ciliar correspondente aos três lotes referidos era recente, tendo sido promovido diretamente pelos promitentes compradores referidos, conforme informações colhidas junto a empregados da fazenda;
- b) que havia movimentação de máquinas no local do loteamento, gerando fundada suspeita de que os demais promitentes compradores de lotes também iriam desmatar uma faixa de mata ciliar para a construção de casas de lazer e pescaria;
- c) que o proprietário da fazenda, antes do loteamento, mantinha íntegra a faixa de mata ciliar determinada pela legislação ambiental pertinente;
- d) que, além da área de preservação permanente à margem do Rio Dourados, constatou-se a existência de apenas 30 hectares de área de reserva florestal;
- e) que Tício da Silva, ao ser indagado pelos técnicos sobre os motivos da existência de apenas 30 hectares da área de reserva florestal legal, respondeu que, quando comprou a propriedade, a área faltante para completar o limite legal já havia sido devastada para formação de pastagem. A vistoria constatou que, de fato, não havia outro desmatamento recente, senão aquele da área de preservação permanente.

Enquanto se realizava a vistoria, o Promotor de Justiça do Meio Ambiente, diante da gravidade da situação e da necessidade de medidas urgentes, instaurou inquérito civil e deliberou diligenciar pessoalmente para reunir elementos. Dirigindo-se ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca, obteve imediatamente certidão que comprovava: a) que a fazenda Ipê continuava registrada em nome de Tício da Silva; b) que não havia nenhum registro de loteamento da fazenda; c) que, na matrícula do imóvel, constava antiga averbação, constando a existência de área de 100 hectares de reserva florestal legal.

Além disso, ficou comprovado no inquérito civil:

- a) que Vivaldo do Amaral, corretor de imóveis residente em Miranda, em depoimento prestado ao Promotor de Justiça, esclareceu que fora contratado pelo proprietário da Fazenda Ipê e que continuava a promover publicidade do loteamento, distribuindo folhetos dentro e fora do Estado, em que informava a existência de mais lotes para venda;
- b) que o proprietário da Fazenda Ipê forneceu máquinas para que os três promitentes compradores suprimissem parte da mata ciliar para construção de uma casa em cada lote.

Como Promotor de Justiça da Comarca de Miranda, elabore a petição inicial de ação civil pública, formulando todos os pedidos necessários para a proteção do meio ambiente e cumprimento das normas sobre parcelamento do solo.

Observações:

- Não assine a peça e não indique qualquer nome para o Promotor de Justiça (§ 3º do artigo 19 do Regulamento do Concurso).
- Os dados apresentados na questão são fictícios. Os demais dados necessários para a elaboração da petição inicial poderão ser livremente incluídos pelo candidato.